



MOORE

RTA-360-2025

Virálcool Açúcar e Álcool Ltda.

**Demonstrações financeiras dos exercícios
findos em 31 de março de 2025 e de 2024, e o
relatório dos auditores independentes**



RTA-360-2025

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Ribeirão Preto-SP, 30 de maio de 2025.

À
Virálcool Açúcar e Álcool Ltda.
Pitangueiras-SP

Atenção da **Administração**

Prezados Senhores:

Encaminhamos-lhes as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de março de 2025 e de 2024, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditores e Consultores

Ricardo Aurélio Rissi
Diretor

Virálcool Açúcar e Álcool Ltda.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de março de 2025 e de 2024, e o relatório dos auditores independentes

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	2
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações do resultado abrangente.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	10

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Aos cotistas e administradores da
Virálcool Açúcar e Álcool Ltda.
Pitangueiras SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Virálcool Açúcar e Álcool Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Virálcool Açúcar e Álcool Ltda. em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase**Transações com partes relacionadas**

Conforme mencionado na nota explicativa 19, a Empresa mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e em condições específicas. A posição financeira e o resultado dessas transações refletem as condições estabelecidas pela administração da Empresa nas respectivas negociações. Nossa opinião não está modificada por esse assunto.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 30 de maio de 2025.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Ricardo Aurélio Rissi
Contador CRC 1SP137183/O-8

Virálcool Açúcar e Álcool Ltda.

Balanços patrimoniais

Em 31 de março de 2025 e de 2024

Em milhares de reais

	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	359.221	328.345	Fornecedores	16	199.995	208.691
Aplicações financeiras	5	2.994	2.994	Passivo de operações de arrendamentos	14	172.310	171.736
Instrumentos financeiros a valor justo	6	2.971	-	Empréstimos e financiamentos	17	201.758	181.334
Contas a receber de clientes	7	5.858	6.918	Instrumentos financeiros a valor justo	6	-	2.265
Contas a receber da Copersucar	8	214.083	123.214	Salários, provisões trabalhistas e encargos sociais	18	49.996	48.234
Estoques	9	155.442	134.050	Impostos e contribuições a recolher		12.812	1.543
Ativo biológico	10	177.229	109.549	Contas a pagar a Copersucar	8	3.529	60.762
Impostos e contribuições a recuperar	11	42.185	38.680	Partes relacionadas	19	181.494	180.959
Adiantamentos a fornecedores	12	174.713	172.118	Outras obrigações		259	2.147
Outros ativos		1.754	3.255	Total do passivo circulante		822.153	857.671
Total do ativo circulante		1.136.450	919.123				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Passivo de operações de arrendamentos	14	714.810	668.858
Impostos e contribuições a recuperar	11	29.885	35.579	Empréstimos e financiamentos	17	460.970	339.714
Depósitos judiciais	21	18.601	18.810	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	109.115	79.776
Investimentos	13	159.096	154.020	Partes relacionadas	19	4.766	60.022
Direito de uso	14	745.512	751.285	Provisão para contingências	21	8.217	15.901
Imobilizado	15	1.778.919	1.562.928	Total do passivo não circulante		1.297.878	1.164.271
Intangível		1.062	1.746				
Total do ativo não circulante		2.733.075	2.524.368	Patrimônio líquido	23		
				Capital social		178.100	178.100
Total do ativo		3.869.525	3.443.491	Adiantamento para futuro aumento de capital		-	19.000
				Reserva de reavaliação		1.903	2.077
				Ajuste de avaliação patrimonial		1.904	1.904
				Reserva de incentivo fiscal		857.361	857.361
				Reserva de lucros		710.226	363.107
				Total do patrimônio líquido		1.749.494	1.421.549
				Total do passivo e patrimônio líquido		3.869.525	3.443.491

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Virálcool Açúcar e Álcool Ltda.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e de 2024

Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	24	2.594.638	2.613.956
Varição do valor justo de ativo biológico		102.927	(26.441)
Custos dos produtos vendidos	25	(2.007.717)	(2.029.457)
Lucro bruto		689.848	558.058
(Despesas) receitas operacionais			
Com vendas, gerais e administrativas	26	(197.033)	(212.565)
Outras receitas operacionais líquidas	27	129.733	28.768
		(67.300)	(183.797)
Lucro antes do resultado financeiro		622.548	374.261
Resultado financeiro líquido	28	(152.523)	(181.109)
Lucro antes dos efeitos tributários		470.025	193.152
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	29	(74.342)	(9.905)
Diferidos	20	(29.338)	(8.218)
Lucro líquido do exercício		366.345	175.029

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Virálcool Açúcar e Álcool Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e de 2024

Em milhares de reais

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	366.345	175.029
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	366.345	175.029

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Virálcool Açúcar e Álcool Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e de 2024

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de abril de 2023	47.100	2.056	1.904	138.721	912.001	-	133.000	1.234.782
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	(2.000)	(2.000)
Integralização de capital	131.000	-	-	-	-	-	(131.000)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(5.160)	-	-	(5.160)
Realização da reserva de reavaliação	-	123	-	-	-	(123)	-	-
Ajuste de tributo diferido sobre reserva de reavaliação	-	(102)	-	-	-	-	-	(102)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	-	718.640	(718.640)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	19.000	19.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	175.029	-	175.029
Destinação para reserva de lucros	-	-	-	-	174.906	(174.906)	-	-
Saldos em 31 de março de 2024	178.100	2.077	1.904	857.361	363.107	-	19.000	1.421.549
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	(19.000)	(19.000)
Realização da reserva de reavaliação	-	(174)	-	-	-	174	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	366.345	-	366.345
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(19.400)	-	(19.400)
Destinação para reserva de lucros	-	-	-	-	347.119	(347.119)	-	-
Saldos em 31 de março de 2025	178.100	1.903	1.904	857.361	710.226	-	-	1.749.494

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Virálcool Açúcar e Álcool Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e de 2024

Em milhares de reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	366.345	175.029
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.338	8.218
Depreciações e amortizações	92.768	93.724
Depreciação da lavoura de cana	107.284	86.650
Residual de baixas do imobilizado e intangível	207.738	246.465
Amortização do direito de uso	171.723	146.181
Mudança no valor justo do ativo biológico	(102.926)	26.441
Redução decorrente da utilização do ativo biológico	348.996	385.459
Reversão de provisão para contingências	(7.684)	(2.564)
Provisão para obsolescência	-	3.393
Instrumentos financeiros derivativos	(5.236)	796
Ajustes a valor presente	92.339	80.254
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber de clientes	1.060	(2.130)
Contas a receber da Copersucar	(90.869)	84.787
Estoques	(21.392)	(42.089)
Impostos e contribuições a recuperar	2.189	(9.758)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(885)	22.142
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(8.696)	82.222
Obrigações sociais e tributárias	13.031	9.413
Contas a pagar a Copersucar	(57.233)	22.967
Outras obrigações	(1.886)	(6.397)
Juros pagos	66.136	67.666
Recursos líquidos provenientes das operações	1.202.140	1.478.869
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento dos investimentos	(29.299)	(24.902)
Redução dos investimentos	24.223	36.251
Aquisição de ativo biológico	(313.750)	(349.399)
Aquisição do imobilizado	(623.097)	(690.231)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(941.923)	(1.028.281)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos obtidos	335.025	299.999
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos	(259.481)	(321.305)
Pagamentos do passivo de operações de arrendamentos	(211.764)	(158.649)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	19.000
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	(19.000)	(2.000)
Ajuste de tributo diferido sobre reserva de reavaliação	-	(102)
Distribuição de lucros	(19.400)	(5.160)
Partes relacionadas	(54.721)	8.367
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamentos	(229.341)	(159.850)
Aumento de equivalentes de caixa	30.876	290.738
Variação de caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	359.221	328.345
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	328.345	37.607
Aumento de equivalentes de caixa	30.876	290.738

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Virálcool Açúcar e Álcool Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e de 2024

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Virálcool Açúcar e Álcool Ltda. (Empresa) tem sede na Fazenda Santa Cecília, município de Pitangueiras SP. Iniciou suas atividades em 21 de setembro de 1984, em 2 de janeiro de 2004 abriu filial na Fazenda Santa Amália, município de Castilho SP, cuja produção teve início em junho de 2006 e em 1º de julho de 2022 incorporou a Usina Irmãos Toniello Ltda, localizada no município de Sertãozinho. Atua na fabricação e comercialização de açúcar, álcool hidratado e anidro, bem como seus derivados e, também, produção e comercialização de levedura e de energia elétrica. A matéria-prima consumida (cana-de-açúcar) é produzida pela própria Empresa, pelos sócios e fornecedores a preços definidos de acordo com o Regulamento dos Negócios de Compra e Venda de Cana de Açúcar no Estado de São Paulo, aprovado pelo Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e Álcool de São Paulo (Consecana).

A Empresa é cooperada da Cooperativa de Produtores de Cana, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo – Copersucar, cujo ato cooperado firmado entre as partes implica na disponibilização imediata e definitiva da totalidade de sua produção de açúcar e álcool para a Copersucar.

A produção disponibilizada permanece fisicamente nos armazéns da Empresa, os quais têm seu direito de uso cedido para a Copersucar em comodato sem remuneração. O Diretor Agroindustrial da Empresa permanece como fiel depositário dos estoques fisicamente armazenados em seus armazéns. A retirada da produção em decorrência da sua comercialização pela Copersucar ocorre de acordo com a conveniência logística determinada por esta.

Conforme estabelecido no Estatuto Social da Copersucar, as receitas decorrentes da comercialização desses produtos e as despesas incorridas em decorrência das operações são rateados pela Copersucar para cada cooperado, na proporção dos produtos disponibilizados, independentemente da quantidade física retirada dos armazéns dos cooperados.

As receitas atribuídas a cada cooperado são acrescidas ou reduzidas por diferenciais de qualidade e logística, determinados pelo Conselho de Administração da Copersucar em cada safra.

A Copersucar utiliza o princípio da competência de exercícios na atribuição de receitas e despesas a seus cooperados, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o disposto no Parecer Normativo nº 66, emitido pelo Coordenador do Sistema de Tributação – CST, em 5 de setembro de 1986.

Os valores das receitas e despesas apurados pela Copersucar no rateio para cada cooperado, incluindo as quantidades de estoques a serem baixados em contrapartida do custo das vendas, são informados em relatórios específicos e detalhados por natureza de evento. A totalidade desses valores é registrada nos livros contábeis e apresentada nas demonstrações financeiras da Copersucar, as quais são examinadas por auditores independentes.

As despesas com vendas e administrativas provenientes do rateio da Copersucar representaram em 31 de março de 2025 e de 2024, compreendem gastos com o processo de vendas, com logística e distribuição, despesas portuárias e despesas administrativas e gerais.

A Copersucar também disponibiliza orientação operacional e econômica às seus cooperados, além da utilização recíproca de serviços no âmbito administrativo, tecnológico, financeiro e jurídico.

Em 24 de novembro de 2015, por meio da alteração do Contrato Social, a Empresa alterou seu exercício social que terá início em 1º de abril e encerrando-se em 31 de março, representado pela safra e entressafra (onde é feita a manutenção das instalações industriais) da cana-de-açúcar.

1.1 RenovaBio – Cbios

Em 31 de março de 2025, a Empresa possuía 192.898 mil Cbios emitidos e ainda não comercializados. Durante a safra 24/25 foram comercializados 211.492 mil Cbios referentes a safra de 23/24 e 63.806 mil Cbios referentes a safra 24/25, classificados em receitas operacionais. A comercialização destes títulos, após a sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio.

Sobre o RenovaBio:

Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país.

As distribuidoras de combustíveis deverão comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias por meio da compra de Créditos de Descarbonização (CBIO), ativo financeiro negociável em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançados em relação a suas emissões.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e legislação societária.

A administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Empresa, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 30 de maio de 2025.

b **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa, como no caso do valor justo do ativo biológico.

c **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações são apresentadas em milhares de reais. O real é a moeda funcional e de apresentação da Empresa.

d **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração da Empresa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. A Administração da Empresa revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas pela Administração da Empresa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas:

- **Valor justo do ativo biológico:** representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados;

- **Taxa incremental dos arrendamentos e das parcerias agrícolas a pagar:** os direitos de uso e passivos de arrendamentos e parceria agrícola são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxa incremental de empréstimo. Essa taxa média ponderada de empréstimo envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes e em função do risco de crédito da arrendatária, do prazo do contrato e das garantidas oferecidas.
- **Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** a Virálcool reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado;
- **Provisão para contingências:** a Virálcool é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.
- **Valor justo dos instrumentos financeiros:** o valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas de tais técnicas se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço, quando for possível. No entanto, quando isso não for viável, é necessário um nível de julgamento para apuração do valor justo, em relação a dados como liquidez, risco de crédito e volatilidade.
- **Provisão de estoque:** Constituição de provisão para as perdas estimadas pela não realização de estoques, para os itens sem movimentação há mais de 180 dias. O julgamento feito com base na perda estimada e esperada pode divergir do valor que será realizado, face às características singulares de cada produto e utilizações futuras conforme nota explicativa nº 9.

3 Políticas contábeis materiais

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicações ao contrário.

a Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas cambiais oriundas da conversão de moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

b Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão desses ativos financeiros. A Empresa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros”. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios Empresa para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros que a Empresa possui são classificados em duas categorias:

- *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e da Copersucar e adiantamentos a fornecedores.

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Nesta categoria a Empresa classifica as aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- A Empresa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Empresa incluem fornecedores, operações de arrendamentos, empréstimos e financiamentos, contas a pagar a Copersucar, partes relacionadas e outras obrigações.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros que a Empresa possui são classificados na categoria:

- Passivos financeiros ao custo amortizado: após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

b.1 Instrumentos financeiros derivativos

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Empresa utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, swaps de taxa de juros e contratos a termo de commodities, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e riscos de preço de commodities, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo.

Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

c Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. As aplicações financeiras que possuem um vencimento superior a três meses foram classificadas em conta específica no ativo circulante, pois não atende plenamente o conceito de equivalentes de caixa. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

d Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor nominal dos títulos, ajustados a valor presente, quando aplicável. As perdas com créditos esperadas, quando aplicáveis, são constituídas com base na análise do contas a receber e em montante considerado suficiente pela Administração da Empresa para cobrir prováveis perdas na sua realização.

e Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de produção, aquisição ou adiantamentos efetuados, inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização.

f Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

g Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzido nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora) que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita.

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda.

Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar é transferida para o custo de produção pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

A metodologia adotada pela Empresa, para satisfazer à exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé, foi baseado no método de fluxo de caixa futuro descontado.

O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada na taxa incremental, que foi de 12,46% a.a.

h Direito de uso e passivo de operações de arrendamentos

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

h.1 Ativos de direito de uso

A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento mensurados inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento reconhecidos à taxa de desconto na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

h.2 Passivo de operações de arrendamentos

Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de operações de arrendamentos mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a taxa incremental nominal sobre empréstimos da Empresa na data do início do arrendamento. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamentos são remensurados se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento).

i Imobilizado

i.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, e ajustado por reavaliação de bens das contas de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos e veículos, com base no laudo de peritos independentes.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) no resultado.

i.2 Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A Empresa realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março (ano-safra). Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados e reconhecidos no resultado como despesa, devido ao curto período de parada para manutenção.

i.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i.4 Manutenção de entressafra

A Empresa realiza anualmente manutenções em suas industriais, normalmente no período compreendido entre novembro a março ao final de cada período de moagem. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra, bem como a depreciação desse período. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte.

Qualquer outro tipo de gasto, que não aumenta sua vida útil ou mantém sua capacidade de moagem, são reconhecidos no resultado como despesa.

j Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração da Empresa revisa o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da Empresa desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

k Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação) e, subsequencialmente, demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos e financiamentos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

l Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da nota fiscal/ fatura correspondente.

m Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e quando o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões para riscos e contingências são constituídas por valores atualizados, com base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Empresa.

Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação, o seu valor é determinado através do valor presente desse fluxo de caixa.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro real tributável às alíquotas estabelecidas respectivamente, nos termos da legislação fiscal vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apresentadas, reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado, depreciação acelerada, base de cálculo negativa e prejuízo fiscal e apresentados no não circulante conforme sua natureza e expectativa de realização ou pagamento. O valor contábil do ativo do imposto de renda e da contribuição social diferidos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é estabelecida quando o valor contábil não pode ser recuperado com o lucro tributável, presente ou futuro, ou por outras formas de realização legal.

o Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

q Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 (R1) – Subvenção e assistência governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental é efetuada em conta específica de passivo e, posteriormente ao reconhecimento no resultado, a Companhia reclassifica entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais.

r Reconhecimento de receitas

r.1 Venda de produtos – açúcar e etanol

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Copersucar são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Empresa combinadas em relação aos demais cooperados, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 5 de setembro de 1986.

r.2 Demais produtos

A receita de venda é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade é transferida. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquida de descontos, abatimentos, devoluções e impostos incidentes. Geralmente as receitas são reconhecidas no resultado pelo montante equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. As demais receitas são sempre reconhecidas pelo regime de competência.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

s Partes relacionadas

Representam operações comerciais e financeiras com pessoas ligadas e juros sobre o capital próprio, e estão registradas pelos seus valores originais, acrescidos de atualização monetária quando contratado.

t Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa.

As taxas de juros implícitas, quando aplicadas, são determinadas com base em premissas razoavelmente fundamentadas e são consideradas estimativas contábeis.

u Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

v Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores até o encerramento do próximo exercício social estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.

w Aspectos ambientais

As instalações de produção da Empresa e sua atividade estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Empresa diminui o risco associado com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamentos de controle de poluição e sistemas. A Empresa acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseado nas atuais leis, nos regulamentos em vigor e no parecer de seus consultores jurídicos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/3/2025	31/3/2024
Caixa	137	12
Bancos conta movimento	95.271	97.833
Aplicações financeiras	263.813	230.500
	<u>359.221</u>	<u>328.345</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Empresa. As aplicações financeiras são realizadas em instituições financeiras de primeira linha no intuito de manter o poder aquisitivo da moeda corrente (Real), e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos, sem perda de rendimentos.

As aplicações financeiras com liquidez abaixo de 90 dias e sem o risco de alteração significativa de mudança de valor foram classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração do fluxo de caixa.

5 Aplicações financeiras

	31/3/2025	31/3/2024
Título de capitalização	<u>2.994</u>	<u>2.994</u>

Considerando que os prazos formais de vencimentos dos títulos de capitalização são superiores há 90 dias, não atendem ao conceito de caixa e equivalentes de caixa para fins de classificação no balanço patrimonial.

6 Instrumentos financeiros derivativos

A Empresa participa em operação de *Swap* com o objetivo de proteger e gerenciar, principalmente, o risco da taxa de juros, visando reduzir a volatilidade da taxa de juros dos seus empréstimos. A Empresa não possui instrumentos financeiros com fins especulativos, e tem por política não liquidar as suas operações antes dos seus respectivos vencimentos originais e não efetuar pagamentos antecipados de seus instrumentos financeiros derivativos.

Os saldos contábeis das operações de instrumentos financeiros derivativos estão descritos a seguir:

	<u>31/3/2025</u>	<u>31/3/2024</u>
Ativo		
Operação de swap	2.971	-
	<u>2.971</u>	<u>-</u>
Passivo		
Operação de swap	-	2.265
	<u>-</u>	<u>2.265</u>

	<u>31/3/2025</u>	<u>31/3/2024</u>
No resultado financeiro:		
Ganho com instrumentos financeiros a valor justo	5.236	-
Perda com instrumentos financeiros a valor justo	-	(796)
Resultado financeiro líquido	<u>5.236</u>	<u>(796)</u>

7 Contas a receber de clientes

	<u>31/3/2025</u>	<u>31/3/2024</u>
Duplicatas a receber	<u>5.858</u>	<u>6.918</u>

As perdas com créditos esperadas – PCE, quando aplicável, são calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla a situação individual dos clientes.

8 Operações com a Copersucar

Refere-se a valores a receber provenientes das vendas de açúcar e etanol realizadas pela Cooperativa que serão recebidas ao longo do exercício subsequente, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº66 de 5 de setembro de 1986.

A operação está amparada por meio do contrato de exclusividade de fornecimento de açúcar e etanol junto a Cooperativa de Produtores de Cana, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – Ltda. – Copersucar, pelo prazo de três anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra.

9 Estoques

	31/3/2025	31/3/2024
Aquisição de insumos – estoque em poder de terceiros	93.437	57.919
Insumos, materiais auxiliares para manutenção e outros	54.868	63.070
CBIOS (i)	10.340	15.757
Produtos agrícolas – milho e soja	190	697
	158.835	137.443
Provisão para obsolescência (ii)	(3.393)	(3.393)
	155.442	134.050

(i) Refere-se a 192.898 títulos emitidos e ainda não comercializados, valorizados a valor justo.

(ii) A provisão para obsolescência é composta pelo saldo dos itens do estoque que não apresentam movimentação há mais de 180 dias.

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização.

A administração da Empresa entende, em decorrência da análise dos itens, que a provisão já constituída era suficiente para cobrir possíveis perdas para obsolescência, para movimentação lenta e não realização de estoques.

10 Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. O saldo do ativo biológico (cana em pé) registrado a valor justo, menos custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda são demonstrados da seguinte forma:

	31/3/2025	31/3/2024
Saldo inicial de ativo biológico a valor justo	109.549	172.050
Aumento decorrente de tratos culturais	313.750	349.399
Redução decorrente da utilização do ativo biológico	(348.996)	(385.459)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	102.926	(26.441)
Ativo biológico no final do exercício a valor justo	177.229	109.549

Com base na estimativa de receitas e custos, a Empresa determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a subconta “Variação no valor justo dos ativos biológicos”, na rubrica “Custo dos produtos vendidos” no resultado do exercício.

O ativo biológico possui sua realização nos seguintes anos safras:

Descrição	Ano safra	Valor
1º corte	2025/2026	26.171
2º corte	2026/2027	41.528
3º corte	2027/2028	41.670
4º corte	2028/2029	23.367
5º corte	2029/2030	22.933
6º corte	2030/2031	21.560
		177.229

Para o atendimento do CPC 29 – Ativo biológico foi utilizado o cálculo do valor justo pelo método de fluxo de caixa futuro descontado no ativo biológico correspondente aos tratos culturais (cana em pé).

As principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo, utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, foram:

- a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol;
- b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com colheita/corte, carregamento e transporte – CCT; (iii) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (iv) impostos incidentes sobre fluxo de caixa positivo.

- c) A taxa de desconto utilizada é baseada nos custos de financiamentos para a modalidade agrícola, sendo revisada periodicamente pela Administração da Empresa.

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	31/3/2025	31/3/2024
Área total estimada de colheita (hectares)	57.840	59.656
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	78,24	93,81
Quantidade total de açúcar recuperável – ATR por ton. de cana-de açúcar (kg)	128,52	127,75
Preço médio projetado de ATR (R\$)	1,29	1,17
Taxa de desconto	12,46%	12,75%

A Empresa está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos regulatórios e ambientais

A Empresa está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. A Empresa estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

Riscos de oferta e demanda

A Empresa está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. A Empresa faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outros

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Empresa tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

11 Impostos e contribuições a recuperar

	2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
PIS (ii)	4.999	-	4.999	4.937	-	4.937
PIS sobre obras em andamento (iii)	-	2.179	2.179	-	2.488	2.488
COFINS (ii)	22.897	-	22.897	22.684	-	22.684
COFINS sobre obras em andamento (iii)	-	9.741	9.741	-	11.159	11.159
ICMS sobre aquisição de bens do imobilizado (i)	9.896	15.441	25.337	7.716	13.162	20.878
ICMS sobre obras em andamento (iii)	-	2.524	2.524	-	8.770	8.770
ICMS (i)	2.550	-	2.550	2.339	-	2.339
IPI (i)	633	-	633	496	-	496
Saldo negativo IRPJ a recuperar	-	-	-	355	-	355
Saldo negativo CSLL a recuperar	-	-	-	130	-	130
IRRF sobre aplicação financeira	1.210	-	1.210	23	-	23
	42.185	29.885	72.070	38.680	35.579	74.259

- (i) Os créditos do ICMS e do IPI são provenientes das aquisições de matérias-primas e insumos utilizados na produção e da aquisição de equipamentos industriais.
- (ii) A Empresa, amparada nos dispositivos legais, efetua a apuração das contribuições do PIS e da COFINS de forma não-cumulativa, creditando-se pelas aquisições de matérias-primas e insumos utilizados na produção. Referidos créditos são compensados com débitos do PIS e da COFINS e outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal quando possível. Ainda, existem créditos provenientes das aquisições de equipamentos industriais para o ativo imobilizado. Os créditos foram classificados conforme estimativa de realização.
- (iii) Os referidos créditos são provenientes de aquisições de itens destinados as obras industriais que serão imobilizadas. O início da sua realização se dará após a finalização das obras.

12 Adiantamentos a fornecedores

	31/3/2025	31/3/2024
Cana-de-açúcar (i)	-	17.913
Plantio e tratos culturais	123.704	123.345
Fornecedores de bens e serviços	51.009	30.860
	174.713	172.118

- (i) Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar são baixados após a entrega da cana-de-açúcar nas safras seguintes.

13 Investimentos

a Composição do saldo

	31/3/2025	31/3/2024
Imóveis não de uso	1.200	1.200
Uniduto Logística S. A.	16.427	15.090
Cocred – Cooperativa de Crédito dos Plantadores de Cana de Sertãozinho	8.633	5.910
Copersucar S. A.	117.813	119.271
Cooperativa dos Plantadores de Cana Oeste do Estado de São Paulo – Copercana	11.543	9.478
Serinvest Hotel Comfort	3.480	3.071
	159.096	154.020

b Movimentação dos investimentos

	Imóveis	Uniduto	Cocred	Copersucar	Copercana	Serinvest	Total
Saldos em 1º de abril de 2023	1.200	14.418	5.315	136.456	6.822	1.158	165.369
Aporte/ integralização de capital	-	-	-	-	1.021	1.200	2.221
Incorporação das sobras ao capital social	-	-	595	-	1.635	-	2.230
Dividendos recebidos	-	-	-	(36.251)	-	-	(36.251)
Resultado de equivalência patrimonial	-	672	-	16.138	-	336	17.146
Outros ganhos e perdas de participações societárias	-	-	-	2.928	-	377	3.305
Saldos em 31 de março de 2024	1.200	15.090	5.910	119.271	9.478	3.071	154.020
Aporte/ integralização de capital	-	-	-	-	735	-	735
Incorporação das sobras ao capital social	-	-	2.723	-	1.330	-	4.053
Dividendos recebidos	-	-	-	(21.803)	-	-	(21.803)
Outros ganhos e perdas de participações societárias	-	-	-	(2.420)	-	-	(2.420)
Resultado de equivalência patrimonial	-	1.337	-	22.765	-	409	24.511
Saldos em 31 de março de 2025	1.200	16.427	8.633	117.813	11.543	3.480	159.096

14 Direito de uso e passivo de operações de arrendamentos

A Empresa adotou o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, que introduz um modelo único de contabilização de parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo foi reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo. Esses contratos terão seus saldos amortizados conforme os prazos definidos (período entre 1 a 30 anos).

A Empresa considera arrendamento todo contrato que, mediante contraprestação, lhe transferem o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período. Dessa forma, os contratos de parceria agrícola foram contabilizados no escopo da norma contábil, não obstante tenham natureza jurídica diversa aos arrendamentos. Ainda, adotou a abordagem simplificada de efeito cumulativo e os seguintes critérios: (i) passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, líquidos dos adiantamentos realizados; e (ii) ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente. A remensuração do direito de uso e do saldo a pagar é realizada no final de exercício, com base na atualização do Índice Consecana.

Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor e/ou vigência limitada a 12 meses. Os pagamentos associados a esses contratos foram registrados como despesa pelo método linear.

A taxa de empréstimo incremental do passivo de arrendamento aplicada foi de aproximadamente 12,46% ao ano. A movimentação do direito de uso durante os períodos foram os seguintes:

	Direito de uso (parcerias agrícolas)
Saldo em 1º de abril de 2023	672.712
Amortização	(146.181)
Remensuração	224.754
Saldo final em 31 de março de 2024	751.285
Custo total	1.266.320
Amortização acumulada	(515.035)
Valor residual	751.285
Saldo em 1º de abril de 2024	751.285
Amortização	(171.723)
Remensuração	165.950
Saldo final em 31 de março de 2025	745.512
Custo total	1.432.270
Amortização acumulada	(686.758)
Valor residual	745.512
Vida útil (anos)	1 a 30

A movimentação do passivo de operações de arrendamentos durante os períodos foram os seguintes:

	Compromissos de contratos de parcerias agrícolas	Ajuste a valor presente	Passivo de operações de arrendamentos
Saldos em 1º de abril de 2023	999.328	(305.091)	694.237
Pagamentos	(158.649)	-	(158.649)
Apropriação de encargos financeiros	-	80.254	80.254
Remensurações	(29.043)	(19.202)	(48.245)
Novos contratos	421.143	(148.146)	272.997
Saldos em 31 de março de 2024	1.232.779	(392.185)	840.594
Pagamentos	(211.764)	-	(211.764)
Apropriação de encargos financeiros		92.339	92.339
Remensurações	41.307	(101.162)	(59.855)
Novos contratos	341.146	(115.340)	225.806
Saldos em 31 de março de 2025	1.403.468	(516.348)	887.120
Circulante			171.736
Não circulante			668.858
Saldos em 31 de março de 2024			840.594
Circulante			172.310
Não circulante			714.810
Saldos em 31 de março de 2025			887.120

Os saldos estimados dos passivos de operações de arrendamentos no longo prazo têm a seguinte composição de vencimento:

Ano	Valor
Março/2027	156.636
Março/2028	139.491
Março/2029	118.370
Março/2030	92.320
Março/2031	65.704
Após Março/2032	142.289
	714.810

15 Imobilizado

a Composição do saldo

				31/3/2025	31/3/2024
	Taxa média anual de depreciação	Custo + reavaliação	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	8.247	-	8.247	8.247
Edificações	2,50%	133.767	(22.838)	110.929	65.593
Máquinas e equipamentos	4,00%	681.791	(216.361)	465.430	388.515
Instalações	4,00%	35.524	(22.335)	13.189	13.984
Móveis e utensílios	10,00%	6.867	(3.867)	3.000	2.856
Veículos, caminhões e máquinas agrícolas	20,00%	631.662	(223.013)	408.649	390.948
Equipamentos de informática	20,00%	22.573	(8.162)	14.411	10.350
Imobilizado em andamento	-	72.132	-	72.132	107.404
Outras imobilizações	-	150	-	150	762
Lavoura de cana	-	858.751	(385.165)	473.586	415.326
Entressafra	100%	209.196	-	209.196	158.943
		2.660.660	(881.741)	1.778.919	1.562.928

Lavoura de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras (*bearer plants*) que são exclusivamente utilizadas para produzir a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, cinco cortes.

Os armazéns de açúcar e os reservatórios de etanol da Empresa são cedidos em comodato à Copersucar, sem remuneração, para armazenagem da produção, quando esta é disponibilizada para a comercialização pela Copersucar.

b Movimentação do custo + reavaliação

	31/03/2023	Aquisições	Baixas	Transferências	31/3/2024	Aquisições	Baixas	Transferências	31/3/2025
Terrenos	8.247	-	-	-	8.247	-	-	-	8.247
Edificações	77.461	-	(125)	8.898	86.234	-	-	47.533	133.767
Máquinas e equipamentos	493.790	-	(1.363)	101.982	594.409	-	(11.682)	99.064	681.791
Instalações	34.538	-	-	413	34.951	-	-	573	35.524
Móveis e utensílios	5.423	-	-	843	6.266	-	-	601	6.867
Veículos, caminhões e máquinas agrícolas	442.931	-	(23.893)	146.882	565.920	-	(22.805)	88.547	631.662
Equipamentos de informática	8.290	-	-	7.341	15.631	-	-	6.942	22.573
Imobilizado em andamento	76.056	40.718	(68)	(9.302)	107.404	21.099	(138)	(56.233)	72.132
Outras imobilizações	194	311.926	(54.062)	(257.296)	762	186.421	(6)	(187.027)	150
Lavoura de cana	539.898	178.644	(25.335)	-	693.207	197.622	(32.078)	-	858.751
Entressafra	155.743	158.943	(155.743)	-	158.943	217.955	(167.702)	-	209.196
	1.842.571	690.231	(260.589)	(239)	2.271.974	623.097	(234.411)	-	2.660.660

c Movimentação da depreciação acumulada

	31/03/2023	Adições	Baixas	Ajustes	31/3/2024	Adições	Baixas	31/3/2025
Edificações	(16.959)	(2.613)	21	(1.090)	(20.641)	(2.197)	-	(22.838)
Máquinas e equipamentos	(173.581)	(21.933)	956	(11.336)	(205.894)	(18.255)	7.788	(216.361)
Instalações	(18.792)	(2.175)	-	-	(20.967)	(1.368)	-	(22.335)
Móveis e utensílios	(2.888)	(382)	-	(140)	(3.410)	(457)	-	(3.867)
Veículos, caminhões e máquinas agrícolas	(136.945)	(48.856)	13.147	(2.318)	(174.972)	(66.926)	18.885	(223.013)
Equipamentos de informática	(3.192)	(1.901)	-	(188)	(5.281)	(2.881)	-	(8.162)
Lavoura de cana	(191.231)	(86.650)	-	-	(277.881)	(107.284)	-	(385.165)
	(543.588)	(164.510)	14.124	(15.072)	(709.046)	(199.368)	26.673	(881.741)

16 Fornecedores

	31/3/2025	31/3/2024
Fornecedores de cana-de-açúcar (i)	63.075	72.910
Fornecedores de bens e serviços	136.920	135.781
	199.995	208.691

(i) O saldo da conta de fornecedores de cana-de-açúcar sofre atualização com base na variação do preço do Kg do ATR CONSECANA.

17 Empréstimos e financiamentos

Moeda/ finalidade	Taxa anual	Vencimento final	31/3/2025			31/3/2024		
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Custeio da operação	De CDI + 1,33% a CDI + 2,40%	Dezembro de 2029	201.758	257.792	459.550	166.294	339.714	506.008
Debêntures (i)	8,91% a.a. + IPCA	Fevereiro de 2032	-	203.178	203.178	-	-	-
Arrendamento financeiro (Leasing)	CDI + 4,03%	Dezembro de 2024	-	-	-	15.040	-	15.040
			201.758	460.970	662.728	181.334	339.714	521.048

As garantias são alienação fiduciária de bens, notas promissórias e avais.

(i) Em 28 de janeiro de 2025, a Empresa emitiu Notas Comerciais Escriturais, em série única, para distribuição pública, destinadas exclusivamente a investidores profissionais, no valor total de R\$ 200.000.000 (duzentos milhões de reais), ao custo da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), acrescida do spread de 8,91% ao ano com vencimento final em 15 de fevereiro de 2032. O agente de liquidação e escriturador das Notas Comerciais Escriturais emitidas foi a VÓRTX Distribuidora de títulos e Valores Mobiliários Ltda.

(a) **Covenants**

As Notas Comerciais Escriturais, possuem cláusulas contratuais restritivas (covenants financeiros e não financeiros), que devem ser atendidas ao final de cada exercício:

Índice	Meta
(1) Razão (dívida líquida / EBITDA)	<= 2,50x
(2) Liquidez corrente	>= 1,00x
Redução de capital social com outra finalidade que não a absorção de prejuízos	N/A
Alteração no controle societário, direto ou indireto, da Emitente e/ou do Avalista PJ	N/A

Em 31 de março de 2025, todas as cláusulas contratuais restritivas encontravam-se integralmente atendidas.

18 Salários, provisões trabalhistas e encargos sociais

	31/3/2025	31/3/2024
Provisão de férias e encargos	20.446	19.221
Salários a pagar	13.269	12.220
INSS	8.679	9.572
FGTS	1.354	1.474
IRRF	1.297	1.131
Provisão de 13º salário e encargos	3.664	3.347
Parcelamento – PERT	1.128	1.128
Outros	159	141
	49.996	48.234

19 Partes relacionadas

	31/3/2025	31/3/2024
Passivo		
Circulante		
Adiantamento para fornecimento de cana-de-açúcar (i)	84.677	84.142
Obrigações com sócios (iii)	96.817	96.817
	181.494	180.959
Não circulante		
Obrigações com sócios (iii)	4.766	4.766
Juros sobre o capital próprio – sócios (ii)	-	55.256
	4.766	60.022
	186.260	240.981

- (i) Saldo era composto por adiantamentos realizados pelos sócios da Empresa.
- (ii) Correspondente a remuneração do capital dos sócios, calculados e contabilizados nos termos da Lei nº 9.249/1995, liquidado no exercício de 2025.
- (iii) Correspondente a aquisição em 2012 (transformação da Empresa em agroindústria) de cana em caule e soqueiras de cana-de-açúcar dos sócios, corrigidos monetariamente pelos juros da poupança.

As operações com partes relacionadas são realizadas em condições específicas acordadas e em montantes significativos. Caso essas transações fossem realizadas com terceiros, os valores poderiam sofrer alterações e gerar resultados diferentes para a Empresa.

20 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a Composição do saldo

	31/3/2025	31/3/2024
Ativo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social sobre:		
Ativo biológico – CPC 29	36.267	71.262
Amortização do direito de uso – CPC 06	58.642	41.247
Provisão para contingência	2.794	5.406
Provisão para obsolescência	1.154	1.154
Variação cambial	-	770
Instrumentos financeiros derivativos	1.010	523
	99.867	120.362
Passivo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social sobre:		
Depreciação – ajuste por adoção CPC 27	(122.981)	(100.676)
Reserva de reavaliação	(980)	(1.070)
Depreciação incentivada – indústria e atividade rural	(85.021)	(98.392)
	(208.982)	(200.138)
Líquido	(109.115)	(79.776)

b Efeitos do imposto de renda e contribuição social no resultado dos exercícios

	31/3/2025	31/3/2024
Ativo biológico – CPC 29	(34.995)	8.990
Amortização do direito de uso – CPC 06	17.396	24.355
Variação cambial e provisão para contingências	(3.136)	(872)
Depreciação – ajuste por adoção CPC 27	(22.305)	(11.190)
Reserva de reavaliação	90	90
Depreciação incentivada – indústria e atividade rural	13.372	(31.016)
Provisão para estoque	-	1.154
Instrumentos financeiros derivativos	240	271
	(29.338)	(8.218)

c IRPJ/CSLL diferidos – diferenças temporárias

Refere-se aos efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias, cuja realização seja provável com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações. As diferenças temporárias dedutíveis não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente, calculados a partir das alíquotas oficiais (IRPJ = 15% + adicional de 10% e CSLL = 9%).

21 Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Empresa é parte envolvida no polo passivo em ações trabalhistas, as quais estão sendo discutidas nas esferas administrativa e judicial. Em 31 de março de 2025, a Administração da Empresa decidiu, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis:

	<u>31/3/2025</u>	<u>31/3/2024</u>
Trabalhistas	<u>8.217</u>	<u>15.901</u>

A Empresa efetuou depósitos judiciais para certas contingências passivas, independentemente se a Administração julga a contingência como perda provável. Em 31 de março de 2025, os valores dos depósitos judiciais eram de R\$ 18.601 (R\$ 18.810 em 2024).

22 Passivos contingentes

A Empresa está sujeita e tem diversos processos decorrentes do curso normal de seus negócios:

a Processos cíveis e trabalhistas

A Empresa é parte envolvida em ações de naturezas indenizatória e trabalhista. Na opinião dos assessores jurídicos, o desfecho destes processos é de perda possível, mas não provável. Desta forma, a Administração optou em não constituir nenhuma provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas futuras. Ainda, conforme os assessores jurídicos, os valores das demandas com estimativa de perda possível montam R\$ 3.004 em 31 de março de 2025 (R\$ 1.548 em 31 de março de 2024).

b Processos tributários

PIS e COFINS: existem autos de infração, discussões sobre a homologação de direitos creditórios constantes na Declaração de Compensação e execução fiscal, acerca de valores relativos ao PIS e COFINS. Os assessores jurídicos, com base no mérito das matérias e nas provas, classificaram as demandas como perda possível no montante de R\$ 2.041 em 31 de março de 2025 e de 2024.

ICMS: existem autos de infração lavrado e formalizado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo em face da filial de Castilho – SP, que substancialmente referem-se a falta de estorno de crédito de ICMS decorrente do consumo de óleo diesel com fim alheio à atividade do estabelecimento. Os assessores jurídicos, com base no mérito das matérias e nas provas, classificaram as demandas como perda possível no montante de R\$ 1.792 em 31 de março de 2025 e de 2024).

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Empresa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais (em geral cinco anos) para os diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais.

23 Patrimônio Líquido

a Capital social

Composto por 178.100 mil cotas em 31 de março de 2025 e de 2024 no valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado.

b Reserva de reavaliação

Líquida dos efeitos tributários é realizada na proporção das depreciações e baixas dos bens reavaliados.

c Ajuste de avaliação patrimonial

Decorrente da avaliação ao valor justo dos investimentos em sociedades cooperativas.

d Reserva de incentivos fiscais

Incentivos fiscais estadual considerados pela Lei Complementar nº160/2017 como subvenções para investimentos, relativos a: **(i)** isenção nas vendas de levedura efetuadas dentro do Estado de São Paulo, conforme previsão do art. 8º, c/c o art. 41, inc. V, do Anexo I, do RICMS/SP1; **(ii)** redução de alíquota para a venda do etanol hidratado combustível relativamente às vendas realizadas no Estado de São Paulo, conforme previsão do art. 54, inc. VI, do RICMS/SP, decorre das disposições contidas na Cláusula Primeira, § 4º, inc. XVII, do Convênio ICMS nº 190/2017; **(iii)** reduções de bases cálculo para os açúcares componente da “cesta básica”, nas vendas internas que são efetuadas dentro do Estado de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. O RICMS-SP traz a redução de base de cálculo em seu art. 51, c/c o art. 3º, inc. V, Anexo II, do RICMS/SP4. Minas Gerais prevê referida redução no art. 43, c/c o item 20a, parte 1, Anexo IV, do seu RICMS, enquanto o Estado do Paraná traz como fundamento o art. Art. 4º, § único, c/c - Anexo VI, item 9 do RICMS, conforme previsão expressa no Convênio ICMS 128/1994; e **(iv)** diferimento do ICMS em operações de vendas internas de etanol anidro carburante e etanol hidratado carburante, efetuadas dentro do Estado de São Paulo, conforme o RICMS/SP no art. 55, XXVI c/c os arts. 419 ou 419-B, do Paraná conforme o RICMS/PR no art. art. 17, IV, “e” c/c atr. 60 do Anexo IX e sub-item “4.1.1”. Artigo 31 do Anexo VIII e de Minas Gerais, conforme RICMS-MG/02 dos art. 8º da Parte Geral com Anexo II, item 36, parte 1, alíneas “a” e “b”.

O montante do benefício assim como a reserva em 31 de março de 2025 e de 2024 é de R\$ 857.361.

e Reserva de lucros

Os lucros retidos são distribuídos conforme deliberação dos sócios e Contrato Social da Empresa.

f Distribuição de lucros

Em 31 de março de 2025 e de 2024 foram distribuídos lucros nos montantes de R\$ 5.160 e de R\$ 19.400, respectivamente, conforme definição estabelecida pelos quotistas.

24 Receita operacional líquida

	2025	2024
Receita operacional bruta		
Venda de produtos – mercado interno:		
Açúcar	834.393	1.874.577
Etanol	913.457	793.691
Energia elétrica	93.239	55.576
Produtos agrícolas	22.239	10.086
Bagaço e levedura	31.887	41.341
Crédito de descarbonização (CBIO) (i)	8.034	35.228
Sucatas	3.264	3.755
	1.906.513	2.814.254
Venda de produtos – mercado externo:		
Açúcar	899.353	11.847
Etanol	33.806	-
	933.159	11.847
	2.839.672	2.826.101
Deduções da receita bruta		
Impostos sobre vendas:		
ICMS	(138.787)	(121.487)
PIS	(8.908)	(6.797)
COFINS	(41.064)	(31.275)
IPÍ	(37)	(58)
Contribuição previdenciária	(56.238)	(52.528)
	(245.034)	(212.145)
	2.594.638	2.613.956

- (i) Refere-se a comercialização de 275.298 títulos de CBIOS (RenovaBio) e o saldo residual dos créditos de carbono ainda não comercializados em 31 de março de 2025 (Em 31 de março de 2024 foram comercializados 243.268 títulos).

A produção da Empresa nos anos safra foram de:

Ano safra	Etanol – M³	Açúcar – Saca	Mwh
2024/2025	302.985	13.470.586	454.067
2023/2024	295.186	14.208.020	440.803

25 Custos dos produtos vendidos

O custo de produção da Empresa é composto substancialmente por matéria-prima (cana-de-açúcar), variação do valor justo de ativo biológico, depreciação de máquinas e equipamentos e de manutenção da entressafra, mão de obra e serviços de terceiros, os quais em conjunto, perfazem aproximadamente 86% do total de custos de produção dos produtos acabados da Empresa.

26 Despesas operacionais com vendas, gerais e administrativas

	31/3/2025	31/3/2024
Despesas Copersucar	(85.824)	(102.160)
Performance energia elétrica	(36.840)	(25.351)
Serviços profissionais	(27.774)	(23.549)
Pessoal e encargos	(16.524)	(14.657)
Transferências de rateios	(9.670)	(3.648)
Manutenções em geral	(7.982)	(7.140)
Depreciação e amortização	(6.678)	(20.197)
Multas, impostos e taxas	(2.765)	(3.182)
Combustíveis e lubrificantes	(832)	(1.238)
Aluguéis em geral	(727)	(494)
Publicidade e propaganda	(592)	-
Ferramentas, acessórios e desgaste	(436)	(361)
Frete e carretos	(64)	(100)
Produtos e insumos	(45)	(62)
Outras despesas	(280)	(2)
Autos de infração	-	(7.031)
Provisão para obsolescência	-	(3.393)
	(197.033)	(212.565)

27 Outras receitas operacionais líquidas

	31/3/2025	31/3/2024
Ganhos com investidas	25.542	22.654
Crédito extemporâneo PIS/ COFINS e ICMS	79.890	5.797
Outras receitas	24.301	317
	129.733	28.768

28 Resultado financeiro líquido

	31/3/2025	31/3/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	6.258	636
Variação cambial	6.583	-
Instrumentos financeiros a valor justo, líquido	5.236	-
Descontos obtidos	1.100	280
Outras receitas financeiras	2.035	1.031
	21.212	1.947
Despesas financeiras		
Juros passivos	(76.046)	(84.139)
Instrumentos financeiros a valor justo, líquido	-	(796)
Ajuste a valor presente	(92.339)	(80.254)
Variação cambial	-	(4.178)
Outras despesas financeiras	(5.350)	(13.689)
	(173.735)	(183.056)
	(152.523)	(181.109)

29 Imposto de renda e contribuição social – correntes

Descrição	31/3/2025		31/3/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	470.025	470.025	193.152	193.152
Adições:				
Depreciação incentivada – atividade rural	100.190	100.190	58.786	58.786
Depreciação incentivada – indústria	9.610	9.610	8.396	8.396
Depreciação acumulada itens antigos	1.607	1.607	15.072	15.072
Ativo biológico – CPC 29	-	-	26.441	26.441
Apropriação despesa financeira – CPC 06	92.339	92.339	80.254	80.254
Amortização do direito de uso	171.723	171.723	146.181	146.181
Amortização custos de entressafra	-	-	155.756	155.756
Ganhos com investidas	-	-	17.872	17.872
Distribuição de sobras AGO	-	-	7.686	7.686
Provisões não dedutíveis	-	-	3.393	3.393
Instrumentos financeiros a valor justo	-	-	796	796
Reserva de reavaliação	265	265	265	265
Multas	87	87	3.434	3.434
Outras adições	1.011	1.011	961	961
	376.832	376.832	525.293	525.293
Exclusões:				
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	(93.984)	(93.984)	(7.341)	(7.341)
Depreciação – ajuste por adoção CPC 27	(65.603)	(65.603)	(32.912)	(32.912)
Depreciação incentivada – atividade rural	(85.720)	(85.720)	(159.046)	(159.046)
Estorno das notas fiscais emitidas - CPC 06	(212.899)	(212.899)	(154.801)	(154.801)
Ganhos com investida	(22.692)	(22.692)	(36.251)	(36.251)
Distribuição de sobras AGO	(4.192)	(4.192)	(11.960)	(11.960)
Incentivos fiscais – P&D Lei do Bem	(12.026)	(12.026)	(15.664)	(15.664)
Instrumentos financeiros derivativos	(5.236)	(5.236)	-	-
CBIOS	(14.616)	(14.616)	(35.204)	(35.204)
Subvenções para investimentos	-	-	(718.639)	(718.639)
Reversão da provisão para contingências	(7.684)	(7.684)	(2.564)	(2.564)
Ativo biológico – CPC 29	(102.926)	(102.926)	-	-
	(627.578)	(627.578)	(1.174.382)	(1.174.382)
Base de cálculo	219.279	219.279	(455.937)	(455.937)
Imposto de renda devido em determinados trimestres	54.570	-	(7.275)	-
Contribuição social devida em determinados trimestres	-	19.772	-	(2.630)
	54.570	19.772	(7.275)	(2.630)
		74.342		(9.905)

30 Programa de participação nos lucros ou resultados

A Administração da Empresa implementou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados conforme acordo coletivo, baseado em metas operacionais e individuais.

Os indicadores operacionais e individuais acordados entre a Empresa e os colaboradores, através do sindicato que os representam, estão relacionados substancialmente aos seguintes aspectos: (i) produtividade industrial; (ii) avaliações de desempenho e (iii) performance econômico-financeira. Estes indicadores são segregados para aplicação específica aos respectivos departamentos envolvidos, os quais são divididos, para fins deste programa, entre área industrial, administrativa e agrícola. O montante dessa participação registrado no grupo de despesas com pessoal no resultado de 31 de março de 2025 foi de R\$ 12.472 (R\$ 13.361 em 31 de março de 2024).

31 Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos

a Considerações gerais

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle interno e de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos principais instrumentos a seguir relacionados:

	Nota	31/3/2025	31/3/2024	Classificação
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4	95.408	97.845	(i)
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4	263.813	230.500	(ii)
Aplicações financeiras	5	2.994	2.994	(ii)
Instrumentos financeiros a valor justo	6	2.971	-	(iii)
Contas a receber de clientes	7	5.858	6.918	(i)
Contas a receber da Coopersucar	8	214.083	123.214	(i)
		585.127	461.471	
Passivos financeiros				
Fornecedores	16	199.995	208.691	(iii)
Passivo de operações de arrendamentos	14	887.120	840.594	(iii)
Empréstimos e financiamentos	17	662.728	521.048	(iii)
Instrumentos financeiros a valor justo	6	-	2.265	(iv)
Contas a pagar a Coopersucar	8	3.529	60.762	(iii)
Partes relacionadas	19	186.260	240.981	(iii)
		1.939.632	1.874.341	

Classificação:

- (i)** Ativo ao custo amortizado.
- (ii)** Ativo ao valor justo por meio do resultado.
- (iii)** Passivo ao custo amortizado.
- (iv)** Passivo ao valor justo por meio do resultado.

b Fatores de risco que podem afetar os negócios da Empresa

Os principais fatores de risco que a Administração está exposta reflete em aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégicos-operacionais (tais como comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura) são endereçados pelo modelo de gestão da Administração. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Administração possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, sendo que esta possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco de preço dos produtos.
- Risco de crédito.

- Risco de liquidez.
- Risco de taxas de juros.

A Administração não efetua aplicações de caráter especulativa em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

c Risco de preço dos produtos

Está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Empresa vende (ou entrega no caso para Copersucar) ou no preço das matérias-primas, em especial a cana-de-açúcar, e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar os riscos, a administração monitora permanentemente as oscilações de preço no mercado.

d Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que submetem a Administração a riscos de crédito de contraparte são representados, fundamentalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros ao valor justo, contas a receber e adiantamentos. Os riscos de crédito de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros ao valor justo decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Empresa. Regularmente a Administração executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outras. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e liquidez. Os riscos de créditos associados ao contas a receber e dos adiantamentos são reduzidos em virtude da análise de crédito e dos procedimentos de controle da Administração que monitoram esse risco. A exposição máxima do risco de crédito está demonstrada abaixo:

Ativos financeiros	31/3/2025	31/3/2024
Caixa e equivalentes de caixa	359.221	328.345
Aplicações financeiras	2.994	2.994
Instrumentos financeiros a valor justo	2.971	-
Contas a receber de clientes	5.858	6.918
Contas a receber da Copersucar	214.083	123.214
	585.127	461.471

e Risco de liquidez

A Empresa opera com um nível de liquidez considerado adequado às suas operações e utiliza diversas fontes de recursos para o financiamento de suas atividades. Para suprir eventuais deficiências de liquidez ou descasamentos entre as disponibilidades com montantes vencidos no curto prazo, a Empresa conta com bom relacionamento com os principais bancos comerciais de primeira linha, atuantes no país. Adicionalmente, parte dos investimentos, principalmente aqueles relacionados ao canavial, serão realizados na safra seguinte e podem ser suportados por financiamentos de curto prazo.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez da Empresa:

31/3/2025			
	Total	Até um ano	Acima de um ano
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	359.221	359.221	-
Aplicações financeiras	2.994	2.994	-
Instrumentos financeiros a valor justo	2.971	2.971	-
Contas a receber de clientes	5.858	5.858	-
Contas a receber da Coopersucar	214.083	214.083	-
	585.127	585.127	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	199.995	199.995	-
Passivo de operações de arrendamentos	887.120	172.310	714.810
Empréstimos e financiamentos	662.728	201.758	460.970
Contas a pagar a Coopersucar	3.529	3.529	-
Partes relacionadas	186.260	181.494	4.766
	1.939.632	759.086	1.180.546

31/3/2024			
	Total	Até um ano	Acima de um ano
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	328.345	328.345	-
Aplicações financeiras	2.994	2.994	-
Contas a receber de clientes	6.918	6.918	-
Contas a receber da Coopersucar	123.214	123.214	-
	461.471	461.471	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	208.691	208.691	-
Passivo de operações de arrendamentos	840.594	171.736	668.858
Empréstimos e financiamentos	521.048	181.334	339.714
Contas a pagar a Coopersucar	60.762	60.762	-
Partes relacionadas	240.981	180.959	60.022
	1.872.076	803.482	1.068.594

f Risco de taxas de juros

Oriundo da possibilidade da Empresa vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Empresa adota a política de diversificação, alterando a contratação de taxas fixas e variáveis, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado e sua situação.

g Gerenciamento de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a Administração monitora a relação da dívida líquida em relação ao patrimônio líquido total.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Empresa para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31/3/2025	31/3/2024
Total do passivo (exceto imposto de renda e contribuição social diferido)	2.010.916	1.942.166
(-) Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras	(362.215)	(331.339)
Passivo líquido (A)	1.648.701	1.610.827
Total do patrimônio líquido (B)	1.749.494	1.421.549
Relação passivo líquido sobre capital ajustado (A)/(B)	0,94	1,13

h Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e das contas a pagar pelo valor contábil, menos eventual perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

i Aspectos ambientais

As instalações de produção da Empresa e sua atividade industrial estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Empresa diminui o risco associado com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas.

32 Compromissos

A Empresa estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Apresentamos aqueles merecem destaques nas demonstrações financeiras:

Compromisso de entregas e vendas

Em 31 de março de 2025, a Empresa tem compromisso de comercialização para safras futuras, de açúcar, etanol e energia elétrica:

Descrição	Até 1 ano	De 2 a 3 anos
Etanol (m3)	262.659	588.627
Açúcar (tons)	661.228	1.445.809
Energia (Mwh)	439.916	923.594

Compromisso de compras – insumos e cana-de-açúcar

A Empresa constantemente celebra contratos de compra para aquisição de insumos agrícolas com objetivo de utilização na manutenção da sua lavoura ao longo da safra. A referida operação normalmente é realizada por meio de compra para recebimento futuro. Ainda, possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica.

A quantia a ser paga pela Empresa será determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela Consecana.

33 Cobertura de seguros

A Empresa mantém programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades que visa, entre outras coisas, reduzir também os riscos de acidentes.

Além disso, mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes pela Administração da Empresa para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.